

PROJETO DE LEI Nº , DE 2022
(Do Sr. Célio Silveira)

Altera o art. 115 da Lei 8.213, de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e acrescenta os artigos 6º-C e 6º-D à Lei nº 10.820, de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, para disciplinar o desconto de empréstimo consignado da aposentadoria e pensão por morte pagas pelo Regime Geral de Previdência Social e do Benefício de Prestação Continuada, de que trata o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 115 da Lei 8.213, de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e acrescenta o artigo 6º-C à Lei nº 10.820, de 2003, que dispõe sobre a autorização para disciplinar o desconto de empréstimo consignado da aposentadoria e pensão por morte pagas pelo Regime Geral de Previdência Social e do Benefício de Prestação Continuada, de que trata o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Art. 2º O art. 115 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 115
.....

§7º Na hipótese prevista no inciso VI do caput deste artigo, a liberação do recurso pelas instituições financeiras em cada contratação e a efetivação dos descontos dependerão de autorização de seu titular ou representante legal, por meio de serviços eletrônicos com acesso autenticado, como aplicativo ou canal de atendimento telefônico, que serão disponibilizados e disciplinados pelo INSS no prazo de 90 (noventa) dias a partir da publicação desta Lei.”



Art. 3º A Lei nº 10.820 de 17 de dezembro de 2003, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

“Art. 6º-C Nas hipóteses previstas nos artigos 6º e 6º-A, a liberação do recurso pelas instituições financeiras em cada contratação e a efetivação dos descontos dependerão de autorização de seu titular ou representante legal, por meio de serviços eletrônicos com acesso autenticado, como aplicativo ou canal de atendimento telefônico, que serão disponibilizados e disciplinados pelo INSS no prazo de 90 (noventa) dias a partir da publicação desta Lei.

Art. 6º-D Na hipótese prevista no artigo 6º-B, a liberação do recurso pelas instituições financeiras em cada contratação e a efetivação dos descontos dependerão de autorização de seu titular ou representante legal, por meio de serviços eletrônicos com acesso autenticado, como aplicativo ou canal de atendimento telefônico, que serão disponibilizados e disciplinados pelo Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias a partir da publicação desta Lei.”

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O tema do presente projeto envolve sensivelmente cidadãos brasileiros aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social, benefícios esses geridos e operacionalizados pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, bem como os titulares de pensões pagas pela referida autarquia federal e beneficiários de programas federais de transferência de renda.

O crédito consignado a beneficiários do INSS e de programas de transferência de renda, pela facilidade de operação e retorno, cresceu demasiadamente. Ocorre, no entanto, que os bons propósitos da política pública de facilitação do crédito têm sido maculados pelos transtornos ocasionados por frequentes fraudes sofridas por esse público específico.



Os beneficiários, em sua maioria, são idosos ou pessoas em situação de vulnerabilidade e, diante disso, é imprescindível que se criem mecanismos de controle e proteção dos seus direitos. O próprio Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003) expressa, em seu artigo 4º, que “é dever de todos prevenir a ameaça ou violação aos direitos do idoso”. E, com o fito de zelar pela dignidade e proteção desse público, apresentamos esta proposição.

O INSS, por meio da Instrução Normativa nº 100, de 28 de dezembro de 2018, dispõe que os benefícios concedidos após a referida data devem permanecer bloqueados para empréstimos durante 90 dias, prazo alterado durante a pandemia do Coronavírus para 30 dias. **O problema está, principalmente, nos benefícios concedidos antes de 2018.**

Nesse sentido, recentemente houve manifestação judicial prolatada pela 12ª Vara da Justiça Federal, como segue abaixo:

A alteração promovida pela IN nº 100, de 28/12/2018, do INSS, como se verifica, já denotou uma preocupação do ente público com o controle e prevenção de empréstimos fraudulentos e assédio a aposentados (que denomina de "marketing ativo"). Ocorre, no entanto, que tal disposição alcança apenas os novos benefícios. O pedido liminar, tal como formulado pelo Instituto Defesa Coletiva, ora demandante, é de que também os benefícios anteriores tenham o mesmo mecanismo de proteção. Assim, da modalidade atual (*opt-out*, ou seja, modalidade na qual o segurado necessita fazer opção no aplicativo ou no telefone 135 de que deseja que seu benefício seja bloqueado para empréstimos) passar-se-ia para a modalidade *opt-in* (ou seja, todos os benefícios seriam bloqueados, e o segurado que desejasse realizar empréstimo faria o desbloqueio para tal finalidade).¹

Diante da elevada incidência de contratos fraudulentos envolvendo os aposentados, pensionistas e beneficiários de programas de transferência de renda, e com foco na proteção desse público, o presente Projeto de Lei visa estender a proteção do bloqueio prévio e necessidade de liberação expressa para todos os beneficiários e não somente àqueles que tiveram a concessão do benefício a partir de 2018.

¹ Justiça manda INSS bloquear empréstimo consignado para barrar fraudes, disponível em <https://tribunaonline.com.br/economia/justica-manda-inss-bloquear-emprestimo-consignado-para-barrar-fraudes-118554>, acesso em 24/06/2022.



Pelo exposto, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste Projeto de Lei, que tanto contribuirá com a garantia de direitos constitucionais e com a proteção dos aposentados, pensionistas e beneficiários de programas federais de transferência de renda contra empréstimos fraudulentos.

Sala das Sessões, em de de 2022.

Deputado CÉLIO SILVEIRA

